



Disponível em

www.univali.br/revistaturismo

Revista Turismo Visão e Ação – Eletrônica, v. 10, nº 02.
p. 204 – 220, mai/ago. 2008

O TURISMO NO PARQUE NACIONAL DO CATIMBAU: avaliação dos benefícios da atividade percebidos pelos moradores

Josilene Henriques da Silva¹
josileneh@yahoo.com.br

Fabiana Britto de Azevedo Maia²
fabamaia@yahoo.com.br

Data de Submissão: 17/04/2008

Data de Aprovação: 26/07/2008

¹ Bacharel em Turismo pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). **Endereço para correspondência:** Universidade Federal de Pernambuco/ Núcleo de Hotelaria e Turismo – Recife/PE, CEP: 50670-901.

² Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bacharel em turismo pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

O TURISMO NO PARQUE NACIONAL DO CATIMBAU: avaliação dos benefícios da atividade percebidos pelos moradores

RESUMO

O crescente fluxo turístico para áreas naturais protegidas, além de contribuir para financiamento e gestão destas, pode se configurar também em alternativa econômica na região onde estão inseridas. No entanto, problemas referentes à situação fundiária e aos limites impostos ao uso dos recursos naturais fazem com que a implementação das unidades de conservação seja mal vista pela população local. Desta forma, esta pesquisa buscou identificar que benefícios advindos do turismo praticado no Parque Nacional do Catimbau são percebidos por seus moradores, localizados no Município de Buíque - PE. Para tanto, utilizou-se da pesquisa qualitativa, uma vez que se pretendia estabelecer um espaço de discussão a respeito da participação local no contexto do ecoturismo, sem fazer projeções para toda a comunidade. Constatou-se que, de modo geral, esses moradores estão alheios à situação do parque e não percebem os benefícios da atividade turística praticada no lugar. Assim, espera-se que este trabalho contribua para a reflexão acerca da necessidade de se criar alternativas sócio-econômicas para a comunidade, inserindo-a ativamente na gestão dessas áreas, a exemplo dos parques nacionais; a fim de minimizar possíveis impactos negativos e de envolvê-la no processo de proteção ambiental, objetivo maior deste tipo de unidade de conservação.

Palavras-chave: Ecoturismo. Parque Nacional do Catimbau. Participação Local.

THE CATIMBAU NATIONAL TOURISM PARK: evaluation of the benefits of the activity perceived by local residents

ABSTRACT

The increasing flow of tourists to natural protected areas, besides contributing to their financing and management, is also an economic alternative in the areas where they are located. However problems relating to land ownership and the limitations imposed to the use of the natural resources can create disapproval among the local population, surrounding the implementation of conservation units. This study therefore seeks to identify benefits resulting from tourism in the Catimbau National Park, as perceived by the local community in the municipal district of Buíque - PE. It uses a qualitative approach, since the intention was to establish a forum for discussion concerning local involvement in the context of the Ecotourism, without making projections for the whole community. It was noticed that in general, the residents are not involved in the ecotourism activities, and are unaware of the benefits of this activity. Thus, it is hoped that this study will stimulate reflection on the need to create socio-economic alternatives for the community, enabling them to be more involved in the management of these areas, such as national parks, in order to minimize the possible negative impacts and promote a process of environmental protection, which is the main objective of this type of conservation unit.

Key-words: Ecotourism. Catimbau National Park. Involvement of the Local Community.

EL TURISMO EN EL PARQUE NACIONAL DEL CATIMBAU: evaluación de los beneficios de la actividad percibidos por los habitantes

RESUMEN

El creciente flujo turístico para áreas naturales protegidas, además de contribuir para el financiamiento y gestión de las mismas, puede configurarse también como alternativa económica en la región en la que están insertas. Sin embargo, problemas referentes a la situación agraria y a los límites impuestos al uso de los recursos naturales hacen que la implementación de las unidades de conservación sea mal vista por la población local. De esta manera, esta investigación buscó identificar qué beneficios provenientes del turismo practicado en el Parque Nacional del Catimbau son percibidos por sus habitantes, ubicados en el Municipio de Buíque - PE. Para ello, se utilizó investigación cualitativa, puesto que se pretendía establecer un espacio de discusión respecto a la participación local en el contexto del ecoturismo, sin hacer proyecciones para toda la comunidad. Se constató que, de un modo general, estos habitantes están ajenos a la situación del parque y no perciben los beneficios de la actividad turística practicada en el lugar. Así, se espera que este trabajo contribuya para la reflexión acerca de la necesidad de crear alternativas socioeconómicas para la comunidad, insertándola activamente en la gestión de esas áreas, a ejemplo de los parques nacionales, a fin de minimizar posibles impactos negativos y de involucrarla en el proceso de protección ambiental, objetivo mayor de este tipo de unidad de conservación.

Palabras clave: Ecoturismo. Parque Nacional del Catimbau. Participación Local.

1 INTRODUÇÃO

Poucas atividades do mundo contemporâneo têm ganhado tanto destaque quanto o turismo, especialmente pelos números que o cercam. Segundo o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR - 2006), “o desempenho do setor vem se destacando na economia brasileira, apresentando resultados superiores se comparado a outros setores tradicionais”.

Entretanto, a atividade turística não pode ser considerada apenas a partir de números isolados. Outras considerações devem ser mencionadas, a exemplo dos possíveis danos socioambientais, causados quando explorada de forma desordenada e sem planejamento.

Nesse sentido, entende-se que a atividade ganhou novas conotações e o foco de sua preocupação começa a ir além de simplesmente ‘receber bem o turista’, que de forma mais simplificada se refere apenas a transporte, acomodação e diversão. Aliás, a própria motivação do turista também parece estar mudando.

Nesse cenário de discussão, o ecoturismo pode ser entendido como uma alternativa na busca do equilíbrio entre os vários, e por vezes contraditórios, objetivos econômicos, sociais e ambientais, à medida que tem seus fundamentos apoiados no desenvolvimento sustentável (KINKER, 2005).

A esse respeito, o ecoturismo tem encontrado espaço cada vez maior, tanto nas discussões acadêmicas quanto no mercado propriamente dito, uma vez que se diferencia das demais modalidades pela possibilidade de ordenamento entre o crescimento econômico e a utilização responsável dos patrimônios natural e cultural dos lugares visitados,

incentivando a conservação através da educação e interpretação ambiental (VITAE CIVILIS e WWF – BRASIL, 2003).

Mas de que natureza se está falando? Onde ainda é possível encontrar algum pedaço de área natural relativamente conservada? Pode-se dizer que poucos são esses lugares e, freqüentemente, estão relacionados às áreas legalmente protegidas. No Brasil esses espaços são denominados unidades de conservação (UCs) e, de acordo com a categoria nelas inserida, podem ser abertas tanto a práticas de educação ambiental, quanto à visitação pública, a exemplo dos parques nacionais (PARNAS) (SERRANO; PAES-LUCHIARI, 2005).

A abertura dessas unidades ao ecoturismo, entretanto, é recente; assim, pouco de concreto se tem com relação aos reais benefícios dessa atividade aos parques brasileiros, especialmente quanto à função social desempenhada, visto que muitos sequer foram implementados.

Dentro deste aspecto, foi elaborado este projeto de pesquisa, que tem como objetivo principal analisar se a comunidade localizada no Parque Nacional do Catimbau (PNC) percebe algum benefício através do 'ecoturismo' praticado no lugar.

A hipótese levantada é que o ecoturismo, cujo cerne consiste na relação 'eficiência econômica, igualdade social e conservação ambiental', especialmente quando praticado em uma unidade de conservação; além dos benefícios ambientais, proporcione maior integração entre os gestores do parque e a comunidade local, de forma que essa possa receber de fato os benefícios sociais e econômicos da atividade.

Os resultados apresentados foram obtidos a partir de dados constantes em fontes primárias e secundárias. Estas, através de revisão bibliográfica e documental, da apreciação de artigos e revistas, monografia e dissertação. Aquelas, por sua vez, obtidas por meio de pesquisa de campo.

Utilizando-se de uma abordagem qualitativa, as técnicas usadas na realização da pesquisa incluíram, além da observação não participante, entrevistas semi-estruturadas e conversas abertas, realizadas em janeiro de 2007. A amostragem empregada foi do tipo não aleatória fundamentada ou intencional, na qual se consideram categorias representativas do fenômeno estudado (SCHLÜTER, 2005). Sendo assim, no plano de amostra, foram incluídos os moradores localizados no Parque Nacional do Catimbau – PE, na área delimitada dentro do Município de Buíque, e o Distrito do Catimbau, que fica no entorno da unidade.

Além disso, para a composição da amostra, foram considerados aqueles residentes que apresentaram ligação direta com a atividade turística. Em especial, guias, artesãos e proprietários dos sítios onde o turismo já é explorado. Dessa forma, foram ouvidos dez dos dezesseis condutores ligados à associação local de guias, dois artesãos, a proprietária de uma pousada e oito proprietários de terras localizadas no parque.

A importância de se avaliar as implicações sociais do ecoturismo em uma UC como o Parque Nacional do Catimbau, cuja implementação ainda está em andamento, dá-se por dois motivos: o primeiro é que pouco se tem de estudo acerca dos benefícios que o turismo pode trazer para a população local (ou do entorno) nesses ambientes protegidos, em especial no Estado de Pernambuco.

O segundo porque, na maioria dos casos, sua existência se dá excepcionalmente "no papel", tratando-se apenas de "ficções jurídicas" (BARBIERI, 2000, p. 254). Por conseguinte, sem uma definição do futuro nem o recebimento da indenização necessária para a recondução da vida em outro lugar, essas populações minguem, entregues à própria sorte ou, quando podem, enveredam-se no campo do turismo de forma desordenada e sem nenhuma preocupação ambiental, causando os danos amplamente conhecidos e tão

discutidos no meio acadêmico.

2 ECOTURISMO E SUSTENTABILIDADE

A procura por definições de práticas sustentáveis na atividade turística desencadeou uma série de termos para designar o turismo 'responsável', dentre eles, turismo alternativo, brando, de baixo impacto e ecoturismo. Entretanto, apesar de estarem todos relacionados ao conceito de sustentabilidade, não podem ser considerados como sinônimos (SWARBROOKE, 2000a).

Wearing e Neil (2001, p. 4) também estabelecem uma diferenciação ao considerar o turismo alternativo e o de massa como dois extremos da atividade. O ecoturismo, portanto, seria compreendido como uma variável do turismo alternativo que, segundo estes autores, "[...] pode ser definido como formas de turismo que demonstram ser coerentes com os valores natural, social e comunitário [...]".

Apesar da falta de consenso e de delimitação para designar o turismo sustentável e suas ramificações, utilizar-se-á a orientação do WWF – Brasil (VITAE CIVILIS e WWF – BRASIL, 2003, p. 25), a qual estabelece a relação entre ecoturismo e sustentabilidade da seguinte maneira: "dentro do conceito mais amplo de desenvolvimento sustentável, o ecoturismo deve considerar as relações que estabelece com as diversas dimensões da sustentabilidade".

Pires (2005, p. 484) também acredita que o ecoturismo incorpora princípios identificados com o paradigma do desenvolvimento sustentável. Para ele, essa atividade ganha novo significado e "[...] passa à condição de linha de frente do turismo idealizado como sustentável, beneficiando-se da matriz (referencial) ambientalista por um lado e, por outro, servindo de catalisador para as ações e práticas ambientalistas".

Segundo a EMBRATUR (1994 apud KINKER, 2005, p.21), o ecoturismo pode ser definido como:

A atividade que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas.

Dois aspectos são importantes nesta concepção: o uso sustentável dos recursos e a sensibilização permitida a partir da interpretação do ambiente visitado (KINKER, 2005). Esses pontos são fundamentais para uma maior diferenciação da atividade e sua correta implementação no mercado, de forma que possa vir a ser também economicamente viável.

Assim, na definição presente no documento 'Nosso Futuro Comum', designado pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (1991 apud COSTA, 2002, p. 63 – 64), o desenvolvimento sustentável, essência do ecoturismo, "não é um estado permanente de harmonia, mas um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras".

Entretanto, para Lima (2005), baseado nas idéias de Guimarães (1998), o verdadeiro sentido do termo 'sustentabilidade' tem sido condicionado por conotações mercadológicas

conservadoras, que buscam a manutenção de certo padrão de 'desenvolvimento'. Para o autor, as forças de mercado e suas necessidades agem em sentido contrário à verdadeira perspectiva da sustentabilidade. Ele complementa que o enfoque de uso sustentável dos recursos naturais exige planejamento a longo prazo e uma regulamentação que vão contra a própria lógica de mercado.

Da mesma forma, Mendonça e Neiman (2002, p. 173) acreditam que as pressões mercadológicas são tão intensas sobre os empreendedores de turismo locais, que estes, na busca pela competitividade, acabam influenciados a abrir certas concessões, “[...] modificando seus próprios princípios e diminuindo seu leque de possibilidades de livre atuação”.

Outro problema referente à abordagem mercadológica do ecoturismo é colocado por Meirelles Filho (2005). Ele se refere ao uso do termo 'eco', por diversas empresas de turismo ou de lazer, como mecanismo para chamar a atenção dos clientes em potencial, mas que em nenhum momento levam em consideração os princípios da sustentabilidade.

A essa idéia, Wearing e Neil (2001) acrescentam que a simples utilização do ambiente natural para a reprodução de atos do cotidiano pode acarretar impactos muito mais graves que os decorrentes de outras práticas do turismo, por se tratar de atividades exercidas em ambientes consideravelmente frágeis.

Swarbrooke (2000b) complementa que o ecoturismo pode se estabelecer como primeiro passo para o crescimento do turismo de massa, à medida que a descoberta de ambientes naturais pelos ecoturistas influencia o deslocamento de outros tipos de visitante, que em número cada vez mais crescente procuram esses espaços. Nesse sentido, ele lembra que o “safári no Quênia” começou com pequenos grupos por volta da década de 1960, mas logo passou à condição de turismo de massa.

Por outro lado, Wearing e Neil (2001, p.5) também defendem que “[...] o ecoturismo pode ser geralmente descrito como um turismo interpretativo, de mínimo impacto, discreto, em que se busca a conservação do meio ambiente e das culturas visitadas”.

Nesse sentido, Takahashi (2004, p. 7) diferencia o ecoturismo do turismo de natureza, por este ser “[...] definido como uma forma de viajar para áreas naturais, em que a experiência e a apreciação da natureza são as principais motivações para a visita [...]”; portanto, sem a devida preocupação com os impactos sobre o ambiente encontrado.

Meirelles Filho (2005), igualmente, propõe critérios para diferenciar o ecoturismo, pois este provoca mudanças em quem o realiza; é um bom negócio para a economia local, gerando emprego e renda; respeita a natureza e sensibiliza as pessoas a cerca dos problemas ambientais; valoriza a cultura local; e ajuda a promover o desenvolvimento social.

Nesse contexto, faz-se importante diferenciar dois conceitos com frequência utilizados como sinônimos, a saber: conservação e preservação ambiental. De acordo com o disposto pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (BRASIL, 2000), a conservação engloba todo o manejo do uso humano sobre a natureza, incluindo, conforme o caso, tanto métodos de utilização sustentável dos recursos naturais quanto sua completa preservação. Esta, por sua vez, envolve políticas, procedimentos e práticas que visem à manutenção dos sistemas naturais, por exemplo, excluindo-se a possibilidade de utilização desses recursos.

O enfoque do ecoturismo como uma atividade a ser desenvolvida em certas categorias do SNUC se justifica por sua capacidade de incorporar os objetivos de conservação e preservação de forma que a 'questão social' não seja negligenciada. Nesse sentido, de acordo com os resultados desta pesquisa, os efeitos da atividade turística praticada no PNC ainda estão longe de ser considerados satisfatórios, e a designação

‘ecoturismo’, da forma como pretendida no campo teórico, até o momento não pode ser mencionada.

3 ECOTURISMO E PARQUES NACIONAIS

Em conformidade com a Constituição Brasileira (BRASIL, 1988) e seu artigo nº. 225, o qual rege sobre o meio ambiente e o dever do poder público de protegê-lo; foi promulgada a Lei Federal nº. 9.985/ 2000 que, regulamentada pelo Decreto nº. 4.340/ 2002, veio estabelecer o SNUC no país. Assim, de acordo com o artigo nº. 225, § 1º, III, cabe ao poder público “definir, em todas as Unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos [...]”.

Pertencentes a diferentes categorias, e conforme a intensidade permitida no uso dos recursos naturais existentes, as UCs foram divididas em dois grupos: as de proteção integral e as de uso sustentável. No primeiro caso, permite-se apenas a utilização indireta de seus recursos e são incluídas as seguintes categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre.

No segundo grupo, é permitida a utilização sustentável de parte de seus recursos, compreendendo-se as Áreas de Proteção Ambiental, as Áreas de Relevante Interesse Ecológico, as Florestas Nacionais, as Reservas Extrativistas, as Reservas da Fauna, as Reservas de Desenvolvimento Sustentável e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural.

Pertencentes à categoria de proteção integral, os parques nacionais têm como objetivo, dentre outros, a proteção de ecossistemas, a pesquisa científica, a educação e a interpretação ambiental, além de atividades de recreação em contato com a natureza.

A possibilidade de uso desses espaços – legalmente protegidos – pelo ecoturismo foi objeto de discussão pelo IBAMA, que publicou em 2000 o ‘Programa de uso público e ecoturismo em Parques Nacionais: oportunidades de negócios’ (IBAMA, 2007). De acordo com este documento, cabe ao ecoturismo estabelecido em parques nacionais não só aumentar as receitas geradas nessas áreas, mas também fomentar a visita ordenada, contribuir com a conservação dos recursos naturais florísticos, faunísticos e com as paisagens cênicas locais, promovendo a utilização racional do patrimônio natural.

Segundo Cury (2005, p. 571), com relação aos parques nacionais, o ecoturismo “tem a sua função educacional associada à interpretação ambiental com compromisso responsável de conservação para as futuras gerações”.

Entretanto, faz-se necessário também entender a natureza potencial dessa atividade. E aí está a grande questão: os parques envolvem, em sua grande maioria, ecossistemas frágeis e essa atividade não deixa de ser uma ação humana. As delimitações e regras devem existir. Nesse contexto, é vital destacar a importância do plano de manejo para a adequação do uso aos objetivos da UC.

É no plano de manejo, através do programa de uso público, que o sentido das visitas ficará mais claro, pois é por meio dele que serão determinadas as atividades permitidas e os locais onde estas poderão ser realizadas. A administração do visitante inclui também outras delimitações, tais como a análise da capacidade de carga, que, segundo Takahashi (2004), confere um nível máximo de uso aos aspectos ambientais de uma área.

Kinker (2005), entretanto, faz uma ressalva e afirma que os possíveis danos da utilização ecoturística nos ambientes naturais estão relacionados ao tipo de ambiente, ao

tipo de estrutura instalada e ao comportamento do visitante. Muito mais do que à quantidade de pessoas em si.

Soldateli (2005) faz referência a uma série de impactos ambientais negativos relacionados ao comportamento do visitante, os quais refletem esta teoria, como coleta e pisoteio da vegetação, deposição de lixo e dejetos nas trilhas, vandalismo e pichação de formações rochosas, coleta e destruição de formações em cavernas naturais (espeleotemas), contaminação das águas por organismos patológicos e a alimentação e perturbação da fauna.

Segundo ele, “[...] as áreas de destino são influenciadas em sua própria capacidade de absorver a demanda de visitação, em decorrência das características de seu ambiente natural e processos vinculados, [...] e do nível de desenvolvimento turístico” (SOLDATELI, 2005, p. 520).

Diante de tantos inconvenientes, a educação pode ser um caminho para a prática do mínimo impacto. Dentre as técnicas mais recomendadas para esse fim, está a interpretação ambiental que, segundo Cascino e Figueiredo (2005, p. 552), caracteriza-se pela “construção crítica derivada da experimentação”. Na opinião desses autores:

É preciso permitir ao visitante, que aconteça o passeio, da maneira mais livre possível – atenção às normas de segurança e/ou informações básicas sobre as questões do lugar (relevo, vegetação, clima e outras peculiaridades) – construindo, posteriormente após o passeio, um momento de reflexão sobre o que se viveu (CASCINO; FIGUEIREDO, 2005, p. 552).

Entretanto, considerando a situação de muitos parques em todo o país, verifica-se que há pouca ou nenhuma estruturação para as visitas de modo a permitir uma experiência rica e prazerosa, na qual os valores ambientais possam ser transmitidos.

Outro aspecto dessa circunstância se refere à ausência de fiscalização ocasionada pelo número limitado do quadro de pessoal presente nessas áreas protegidas. Diante desse cenário, Costa (2002, p. 71) afirma que “no Brasil, a mensuração e a avaliação das limitações do uso turístico em Unidades de Conservação são práticas ainda pouco comuns”.

Portanto, o IBAMAⁱ, através da recente abertura dos parques a empreendimentos terceirizados, busca um apoio da iniciativa privada na tentativa de dar maior dinamismo às atividades realizadas nessas UCs, além de viabilizar o cumprimento dos objetivos de proteção dos ecossistemas e intensificar o aproveitamento turístico dessas áreas.

Essa possibilidade, entretanto, é cercada de críticas, e de maneira geral a ‘exploração’ do turismo das unidades de conservação traz consigo uma idéia de mercantilização da natureza que é inserida no contexto capitalista das trocas.

Ainda com relação às críticas presentes na análise das unidades de conservação, também é possível visualizar como o Estado, através de seu poder político ‘imparcial’ e regulador, submete extensões de terras a certas normas em prol de um objetivo ‘comum’, a conservação, limitando ou proibindo certas atividades; muitas vezes, refreando as comunidades existentes no lugar em um processo que poderia ser chamado de ‘alienador’.

Apesar do exposto, é importante frisar que a abertura e a ‘exploração’ das áreas protegidas ao ecoturismo também podem ser vistas como uma oportunidade para as comunidades envolvidas, além de serem uma possibilidade de sensibilização ambiental de visitantes.

Desse modo, uma série de ações para o correto manejo das áreas protegidas foi sugerida por Ceballos-Lascuráin (1996 apud KINKER, 2005, p. 58), como o zoneamento e definição das atividades possíveis de serem realizadas, a utilização de métodos de monitoramento do impacto da visitação, a busca de parcerias entre órgão gestor, comunidade e iniciativa privada, e a realização de estudo de demanda.

Segundo Morsello (2000, p. 348), é preciso desenvolver um programa de pesquisa que viabilize o monitoramento, “[...], ou seja, a avaliação periódica de atributos biológicos, físicos ou sociais do ambiente, que possibilite verificar problemas perceptíveis a partir da obtenção de dados contínuos”.

Uma vez que os recursos governamentais destinados às UCs estão progressivamente mais escassos, o autor sugere um conjunto de soluções para cobrir os custos econômicos do plano de manejo, que inclui cobrança de ingressos, concessões para exploração de atividades como bares e acomodação, cobrança de taxas para a realização de atividades dentro do parque, e venda de produtos no interior da unidade.

Nessa perspectiva, Lima (2003, p. 74) assegura que “o incremento da popularidade das áreas naturais protegidas na América Latina como destinação de viagens e férias tem sido acompanhado por uma urgente necessidade de gerar fundos para manter a integridade ecológica dessas áreas”.

Com relação à cobrança de taxas e ingressos, Kinker (2005, p. 179) entende que a maioria dos visitantes está disposta a pagar um valor para o acesso ao parque, “desde que essa quantia seja reinvestida na unidade para manutenção da infra-estrutura e da qualidade da visita”.

A partir de um estudo do perfil dos turistas em parques nacionais, a autora também afirma que a sensação de estar em meio à natureza, mas que possui alguma estrutura de apoio, agrada ao visitante, que em geral está disposto a adquirir informações sobre o parque, os ecossistemas presentes e a cultura local.

Entretanto, na maioria das vezes, as poucas informações disponíveis nessas unidades se referem apenas ao modo como os visitantes devem agir, tendo em vista o mínimo impacto; negligenciando-se, portanto, as ações de cunho interpretativo.

Nesse sentido, ela afirma que “o manejo adequado deve possibilitar a integração do visitante com a natureza, fazendo com que ele seja um participante ativo da experiência e não o colocando como mero observador” (KINKER, 2005, p. 179).

4 O PARQUE NACIONAL DO CATIMBAU E O MUNICÍPIO DE BUÍQUE

O Parque Nacional do Catimbau foi criado a partir do Decreto de 13 de dezembro de 2002, “com o objetivo de preservar os ecossistemas naturais existentes, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental e turismo ecológico” (BRASIL; MMA, 2002).

Está situado numa área aproximada de 62.300 ha, abrangendo parte dos municípios de Ibirimirim, Tupanatinga e Buíque – com 25.425 ha, 24.129 ha e 12.746 ha, respectivamente – no semi-árido do interior de Pernambuco.

Seu principal atrativo, além das belas paisagens formadas por paredões e cânions, são as pinturas rupestres. No local, podem ser encontradas representações das tradições agreste e nordesteⁱⁱ, realizadas por grupos étnicos que povoaram a região em períodos

distintos. Fato observado a partir das sobreposições de desenhos presentes em diversos sítios arqueológicos (MARTIN, 2005).

Localizado no sertão pernambucano, Buíque conta com aproximadamente 48.638 habitantes – população estimada para 2006, segundo o censo de 2000 (IBGE, 2007), e ocupa uma área de 1.345,12 Km². Sua economia é baseada na agricultura de subsistência e na agropecuária, em especial na criação de caprinos. A população é predominantemente rural, com um percentual próximo de 65% do número total de habitantes.

A cidade é formada por quatro distritos, a saber: Buíque (sede), Catimbau, Carneiro e Guanabi. Mas é o segundo distrito que merece maior atenção, por ser um dos principais acessos às terras do parque; e que, portanto, deverá receber todas as restrições condizentes com uma área de entorno. Essas limitações se estendem aos moradores ainda não indenizados que, atualmente, ocupam a unidade.

Distante aproximadamente 12 km da sede do Município de Buíque, Catimbau é um típico vilarejo rural, com aproximadamente 635 domicílios, segundo dados do Censo 2000. Da infra-estrutura básica, pode-se contar apenas com a coleta de lixo, pois o abastecimento de água é feito a partir de poços artesianos e não existe, no distrito, nenhuma rede de esgoto. Uma escola municipal (ensino fundamental) e um posto de saúde complementam a estrutura do lugar.

No centro da vila, próximo à praça central, funciona a Associação dos Guias de Turismo do Catimbau (AGTURC), local em que os guias podem ser contatados. E na rua ao lado, existe uma pousada com 26 leitos, que oferece serviço de pensão completa, onde também funciona um restaurante, formando assim o conjunto da estrutura turística no local.

5 O TURISMO PRATICADO NO PARQUE NACIONAL DO CATIMBAU

A atividade turística no PNC vem sendo desenvolvida com o apoio de algumas parcerias. A própria criação da AGTURC, que também funciona como posto de informações turísticas, é resultado da parceria com a prefeitura municipal de Buíque e com o IBAMA.

Juntas, essas instituições deram início a uma série de capacitações em turismo para grupos de moradores, a fim de formá-los como guias. Atualmente, dezesseis condutores exercem a atividade na área, estando outra turma em processo de treinamento.

Entretanto, como o parque ainda não está estruturado, já que ainda não houve nenhuma indenização/ desapropriação, todo o apoio e orientação ao visitante se restringe à AGTURC, à exceção apenas de poucas placas indicativas. A própria sede administrativa do órgão gestor ainda não existe.

As atividades desenvolvidas são, em geral, praticadas durante o dia, dentre as quais se destacam: a caminhada, a observação da paisagem/ flora e a fotografia amadora, além de visitas com caráter pedagógico de escolas de cidades próximas e da capital, bem como de universidades.

Dentre os pólos emissivos de visitantes, Recife está em primeiro lugar; seguido de Olinda e outras cidades de fora do estado como Rio de Janeiro e São Paulo. Esses dados foram fornecidos pela AGTURC, que mediante um livro de assinaturas faz o controle do número de visitas.

Embora essa prática possa dar subsídios às informações preliminares de demanda, importante para a posterior estruturação dos atrativos, ainda não se faz de forma efetiva,

pois nem todos que visitam o parque passam pela vila. Além disso, as informações coletadas pela associação se resumem à data da visita, nome, cidade de origem e número de telefone.

Da análise do livro de assinaturas, constatou-se um crescimento de 19,41% em relação ao número de visitas ao longo dos últimos dois anos: em 2005, foram 2.035 visitas; destas, 45 são de caráter internacional. Já em 2006, foram recebidas 2.430 pessoas, sendo 38 visitantes estrangeiros.

6 RESULTADOS

Das informações obtidas a partir da visita de campo, através das entrevistas e conversas informais, pôde-se verificar como os moradores e guias consideram os benefícios advindos do turismo praticado no Parque Nacional do Catimbau.

Verificou-se que a atividade turística vem recebendo atenção de uma pequena parte dos moradores referente à condução de visitantes pelos guias locais, à oferta de serviços de alimentação e hospedagem, e ao artesanato, especialmente depois da criação do parque.

Estas atividades podem dar novo impulso à economia local; porém, devem ser alvo de diretrizes claras e estabelecidas em conjunto pelos interessados, especificamente entre a população e o setor público, através do órgão gestor da unidade e da Secretaria de Turismo do município.

Com relação à criação do parque, a opinião dos entrevistados é bem diversificada e reflete o nível de informação que cada um apresenta, ou em função do grau de aproveitamento financeiro que estão tendo inicialmente. Desse modo, foram identificados moradores que não quiseram ou não souberam se posicionar a respeito; e os que acharam bom, particularmente as pessoas que trabalham com o turismo, “porque na roça não se ganhava nada” (entrevista oral, 2007, guia de turismo).

Houve também os entrevistados que conseguiram identificar tanto aspectos positivos quanto negativos e explicaram que a criação do parque “vai preservar a natureza, mas causa um impacto muito grande na vida das pessoas” (entrevista oral, 2007, morador), pois “o IBAMA proibiu o corte da madeira para a construção de casas ou a caça” (entrevista oral, 2007, morador). E, por fim, ouviram-se ainda os que enxergaram apenas o lado negativo da criação da unidade, “porque o governo quer tirar os moradores do lugar” (entrevista oral, 2007, morador).

Assim, é preciso ressaltar três pontos importantes: primeiro, a maioria dos moradores não está consciente da criação do parque ou da razão pela qual suas terras foram incluídas na área limite da UC. Eles não sabem ao certo quais são os objetivos de sua concepção e alegam não ter recebido nenhuma informação a respeito, com exceção daqueles que ouviram falar apenas de uma reunião na AGTURC.

Situação contrária ao disposto pelo SNUC, no qual a criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de consulta pública para esclarecimento dos seus objetivos, sua dimensão e limites, além dos benefícios que podem ser gerados, mas, principalmente, para saber como a população local aceitará a nova realidade.

Os moradores pesquisados também não souberam responder quando foram indagados sobre a existência de um conselho consultivo no parque. Verificando-se, mais uma vez, a contrariedade ao disposto no SNUC quanto à participação efetiva da população na criação, implementação e gestão das UCs.

A constatação anterior já havia sido observada por Siqueira (2006). De acordo com sua pesquisa, apesar de três reuniões realizadas com os moradores e prefeito de cada município envolvido, não houve o cumprimento de uma verdadeira consulta pública para a criação do PNC, cuja implementação também não vem sendo realizada de maneira satisfatória.

O segundo ponto relevante é que a grande preocupação dos moradores está relacionada com as desapropriações e o desejo de se permanecer na terra onde nasceram. Essa situação também já foi observada em outras unidades – a exemplo do Parque Nacional da Serra Geral, pesquisado por Kinker (2005) – e pode ser considerada um dos principais problemas enfrentados nos parques em todo o país.

Como as indenizações ainda não foram iniciadas, o plano de manejo previsto pela legislação vigente, que deveria ocorrer no prazo de até cinco anos depois da criação da unidade, ainda não foi realizado. Além disso, certas ações do órgão gestor, a exemplo da fixação de placas indicativas dos atrativos, são vistas como medidas invasivas pelos atuais proprietários das terras.

O terceiro ponto a ser ressaltado é o fato de a atividade turística não ser percebida pela maioria dos moradores como uma oportunidade para o desenvolvimento local. A pequena parte que se beneficia com o turismo, de certa forma, ainda está na fase de euforia, na qual apenas os benefícios são enxergados. Essa situação é particularmente verificada quanto aos guias, já que estão mais ‘envolvidos’ com a situação do parque e o aumento do fluxo de turistas.

Esses guias destacaram também os cursos de capacitação que foram oferecidos pelo IBAMA, em conjunto com a prefeitura municipal. No entanto, alguns moradores reclamaram da falta de apoio destes órgãos para a abertura de outros estabelecimentos que possam dar suporte aos turistas.

Em uma conversa com um dos artesões, foi possível observar uma série de posicionamentos bastante maduros quanto ao planejamento turístico, mostrando que a não interação é reflexo de falta de oportunidade e não, propriamente, de interesse. Segundo ele, “com a criação do parque, os moradores deixaram de tirar sua subsistência do lugar”, mas em contrapartida, “as autoridades competentes não conseguem reunir o pessoal para se organizar. É preciso desenvolver outras atividades, não só a de guia [...]. Eu já vi muitos turistas indo embora com dinheiro no bolso porque não tinham com o quê gastar [...]. Aqui há a necessidade de uma casa para expor os produtos da região [...]. Falta divulgação e infra-estrutura” (entrevista oral, 2007, artesão).

Sobre os benefícios expressos pelos entrevistados, observa-se uma tendência de ênfase no aspecto econômico em detrimento do desenvolvimento social da comunidade como um todo. Os que estão sendo recompensados financeiramente com a atividade a enaltecem, enquanto aqueles que não possuem recompensas reclamam, pois arcam apenas com os custos das proibições de uso dos recursos naturais presentes no parque.

Um fator agravante é que, muitas vezes, esses usos caracterizados como atividades predatórias (caça, retirada de madeira para servir de lenha) são vistos pelos moradores como algo necessário para sua sobrevivência, caracterizando-se, muitas vezes, como única fonte de alimentação existente nos períodos de seca intensa. Como bem lembra Kinker (2005), é preciso haver alguma compensação, assim como a inclusão de programas de esclarecimento e educação ambiental para desestimular certos tipos de comportamento.

Além do pagamento pelo serviço de condução aos guias locais pelos visitantes, a cobrança de ‘ingressos’ é realizada em algumas das propriedades, nas quais existem sítios arqueológicos. No entanto, essa cobrança realizada pelos moradores acontece sem nenhum ordenamento ou investimento dos recursos no próprio parque. Esse é um espaço importante

de negociação entre moradores e órgão gestor, correspondendo a uma possível participação local nos direcionamentos da atividade turística praticada no PNC.

Como visto por Kinker (2005), a cobrança de taxas é bem aceita pela maioria das pessoas que visitam áreas naturais e pode se tornar um meio de autofinanciamento para a unidade. Segundo as sugestões dessa pesquisadora, o manejo de taxas pode estimular a presença de empreendimentos privados, com geração de emprego e desenvolvimento econômico regional.

Percebe-se, portanto, que a atividade ecoturística tem grande potencialidade dentro do PNC, uma vez que este apresenta uma gama de atrativos naturais e uma biodiversidade conhecidamente rica; no entanto, a pouca interação local no seu direcionamento, em especial por conta da pouca disponibilidade de informação, dificulta a real implementação dessa atividade.

Dos aspectos propagados pelo ecoturismo, como equidade social, desenvolvimento econômico e proteção ambiental, que poderiam melhorar o modo de vida das pessoas e ainda enriquecer o caráter das visitas, há apenas um potencial. O envolvimento com a atividade se limita aos guias, e a maioria dos moradores se encontra alheia à situação do parque. Portanto, poucos vêm se beneficiando mais diretamente com o turismo.

Por fim, quanto ao aspecto da educação ambiental, que também pode ser propiciada pelo ecoturismo, parece que a conservação dos recursos naturais foi apenas uma imposição legal a partir da criação da unidade e não reflete uma sensibilização verdadeira. Na ocasião de algumas conversas com os moradores, foi observada certa preocupação em relação ao que poderiam acontecer consigo se “a polícia” os encontra matando algum animal ou cortando uma árvore. Outras vezes, puderam-se ouvir afirmações categóricas, dizendo que ainda há dentro do parque a caça para consumo.

Essa constatação é importante como exemplo de que a falta de informação e de espaço para os moradores na administração local da atividade turística e na gestão da UC, bem como a falta de oportunidades referente a emprego e renda, podem potencializar aspectos negativos como a indisposição em conservar os recursos locais, a exemplo do que ocorre no PNC.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a criação do Parque Nacional do Catimbau, as possibilidades de aproveitamento do turismo de forma sustentável no lugar foram ampliadas; entretanto, há muito por fazer nesse sentido, já que a regulamentação fundiária ainda não foi estabelecida de fato e a população não sabe ao certo o que pode acontecer a respeito das desapropriações.

Esse ambiente de incertezas gera medo e contribui com atitudes negativas em relação ao parque, desencadeando ações extremas como a tentativa de destruição de pinturas rupestres por alguns dos proprietários, como foi registrado em documento publicado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (2007).

Por outro lado, também gera euforia à medida que mais proprietários se beneficiam ao utilizarem suas terras para a exploração turística. No entanto, é importante mencionar que essa atividade praticada dentro dos limites do PNC, apesar das iniciativas do seu órgão gestor, desenvolve-se de forma irregular e sem maiores preocupações com o ambiente

natural, ou com relação à conservação dos sítios arqueológicos, sendo estes os principais atrativos do lugar.

Nesse trabalho, procurou-se, justamente, observar como a comunidade residente em um parque nacional, unidade de proteção integral, vem se desenvolvendo ao conviver com uma série de restrições como medida para proteção ambiental. Buscou-se também averiguar se esses moradores percebem os benefícios do turismo praticado no local, uma vez que esta é uma das poucas atividades permitidas pelo SNUC para essas áreas.

Estudos anteriores de Maia, Siqueira e Araújo (2001) e de Siqueira (2006), referentes à monografia e à dissertação, realizados no PNC, serviram de base para a avaliação desses aspectos aqui abordados, e muitos dos resultados antes encontrados puderam ser confirmados nesse momento. Esse é um ponto importante a ser considerado, uma vez que evidencia o modo pelo qual o lugar vem se desenvolvendo ao longo do tempo.

Constatou-se que, apesar das primeiras iniciativas do IBAMA referente à capacitação de guias para um pequeno grupo de moradores, a comunidade como um todo não é estimulada a participar do processo de desenvolvimento do parque e o enxerga como obstáculo às outras atividades, à medida que as restrições para o uso da terra são definidas.

As desapropriações constituem o principal medo enfrentado pelos moradores, que terão de deixar a área protegida, em especial por perderem o lugar onde vivem desde que nasceram, mas também por terem receio de que os valores recebidos nas indenizações não sejam justos ou adequados ao valor de mercado.

Quanto à atividade que deveria ser ecoturística, esta não tem propiciado um verdadeiro crescimento local e poucos moradores têm se beneficiado com ela. Princípios como educação e interpretação ambiental não são utilizados e, por vezes, aspectos negativos, como a deposição de lixo nas trilhas pelo visitante mal informado, podem ser percebidos.

Conforme mostrou a análise bibliográfica realizada, a simples utilização do ambiente natural pelo turismo pode ocasionar sérios prejuízos, especialmente para os lugares ecologicamente mais frágeis. As respostas para esses problemas parecem óbvias; apesar disso, não são fáceis. Diversas 'soluções' podem ser apontadas, como o envolvimento das comunidades e capacitação, consecução de plano de manejo e planejamento das atividades turísticas, dentre outras.

Entretanto, como bem lembra Loureiro (2004), certos conceitos e metodologias passaram a ser tão utilizados, ao menos no plano teórico, que perderam o significado, sendo reproduzidos sem uma avaliação crítica de quais atividades produziram melhor os benefícios condizentes com a realidade de cada comunidade em particular. A própria ênfase no ecoturismo, como sendo uma atividade possível de ser realizada em unidades de conservação, carece de um entendimento sobre seus reais pressupostos e as condições que a população local tem para realizá-lo de forma consciente e ordenada.

Segundo a opinião do autor, é preciso lembrar que as condições macro-sociais que envolvem a execução de certos projetos, não são estáticas, sendo preciso primar "[...] pela ação organizada e articulada das forças sociais vinculadas à causa democrática, popular e cidadã" (LOUREIRO, 2004, p. 21).

O turismo poderá gerar melhores resultados para as comunidades dos locais onde ocorre, quando os seus aspectos positivos forem percebidos em sentido mais amplo. Esses benefícios devem atingir uma quantidade maior de membros das comunidades e devem refletir uma melhoria nas suas condições de vida.

Infelizmente, no Brasil, a tradição da falta de planejamento e participação local tem mostrado a pouca coerência na implementação das UCs, em especial no caso dos parques

nacionais. Além disso, muitos projetos, mesmo os intitulados 'ecoturísticos', não fornecem espaço para uma verdadeira integração. E, na maioria das vezes, são empurrados de 'cima para baixo' sem planejamento adequado, seguindo um modelo de imposição em favor de interesses políticos ou econômicos que nada têm a ver com o desejo e as necessidades da maioria dos moradores.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, Marília Gonçalves. Programas de uso público em unidades de conservação: uma visão sobre o Parque Estadual de Campos do Jordão. In: JACOBI, Pedro Roberto (Org.). **Ciência ambiental: os desafios da interdisciplinaridade**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000. p. 249 – 268.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 27 fev. 2007.

_____. Decreto 4.340 de 22 de agosto de 2002. **Regulamentação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4340.htm>. Acesso em: 27 fev. 2007.

_____. Lei 9.985 de 18 de julho de 2000. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm>. Acesso em: 27 fev. 2007.

_____. Ministério do Meio Ambiente – MMA. Decreto de 13 de dezembro de 2002. **Criação do Parque Nacional do Catimbau**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2002/Dnn9771.htm>. Acesso em: 06 dez. 2006.

CASCINO, Fábio Alberti. FIGUEIREDO, Fernando. Comunidade e ecoturismo: outras leituras para a educação ambiental. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (ed.). **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: ROCA, 2005. p. 548 – 553.

COSTA, Patrícia Cortês. **Unidades de conservação: matéria-prima do ecoturismo**. São Paulo: Aleph, 2002. Série Turismo.

CURY, Mauro José Ferreira. Lazer em parques nacionais. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (ed.). **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: ROCA, 2005. p. 567 – 576.

EMBRATUR. **Pesquisa anual de conjuntura econômica do turismo**. 2006. Disponível em: <http://200.189.169.141/site/br/dados_fatos/conteudo/lista.php?in_secao=293>. Acesso em: 06 dez. 2006.

IBAMA. **Programa de uso público e ecoturismo em parques nacionais: oportunidade de negócios**. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/revista/apresentacao.htm>>. Acesso em: 17 jan. 2007.

IBGE. **Resultado da sinopse do Censo 2000: Buíque**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em: 27 fev. 2007.

IPHAN. **Sistema de Gerenciamento de Patrimônio Arqueológico**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarResultadoPesquisaSítiosArqueologicos.do>>. Acesso em: 26 fev. 2007.

KINKER, Sônia. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. 2 ed. Campinas: Papirus, 2005. Coleção Turismo.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Crise ambiental, educação e cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. et al (Org). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 109 – 141.

LIMA, Maria Lúcia Costa. (Eco)turismo em unidades de conservação. In: BALASTRERI, Adyr. **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 71 – 87.

LOUREIRO, Carlos Frederico. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

MAIA, Fabiana Britto de Azevedo. SIQUEIRA, Gislane Rocha de. ARAÚJO, Paulo Roberto Gouveia. **Estruturação dos atrativos turísticos de Buíque – PE: uma proposta de desenvolvimento sustentável do turismo para o Vale do Catimbau**. Monografia. UFPE. Curso de Turismo. Recife: 2001.

MARTIN, Gabriela. As pinturas rupestres do Sítio Alcobaça, Buíque – PE, no contexto da tradição agreste. In: **CLIO Arqueológica**. nº 18. vol. 1. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2005. p. 27 49.

_____. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. 3. ed. Recife: Universitária, 1999.

MEIRELLES FILHO, João. Ecoturismo e Amazônia: biodiversidade, etnodiversidade e diversidade cultural. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (org.). **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: ROCA, 2005. p. 555 – 566.

MENDONÇA, Rita. NEIMAN, Zisman. **Ecoturismo: discurso, desejo e realidade**. In: NEIMAN, Zisman (Org.). Meio ambiente, educação e ecoturismo. Barueri: Manole, 2002. p. 159 – 175.

MORSELLO, Carla. Unidades de conservação públicas. In: JACOBI, Pedro Roberto (Org.). **Ciência ambiental: os desafios da interdisciplinaridade**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000. p. 335 – 358.

PIRES, Paulo dos Santos. Entendendo o ecoturismo. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (ed). **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: ROCA, 2005. p. 483 – 494.

SCHLÜTER, Regina G. **Metodologia da pesquisa em turismo hotelaria**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2005.

SERRANO, Célia. PAES-LUCHIARI, Maria Tereza Duarte. (Eco)turismo e meio ambiente no Brasil: territorialidades e contradições. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (ed). **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: ROCA, 2005. p. 505 – 515.

SIQUEIRA, Gislane Rocha de. **Avaliação da implementação do Parque Nacional do Catimbau – PE: uma análise do desenvolvimento sustentável na perspectiva do ecoturismo e da comunidade local.** Dissertação. Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Recife, 2006.

SOLDATELI, Márcio. Impactos ambientais negativos no contexto do turismo de natureza. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (ed). **Análises regionais e globais do turismo brasileiro.** São Paulo: ROCA, 2005. p. 517–535.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental.** Vol. 1. São Paulo: Aleph, 2000a.

_____. Ecoturismo. In: _____. **Turismo sustentável: turismo cultural, ecoturismo e ética.** Vol. 5. São Paulo: Aleph, 2000b. p. 55 – 69.

TAKAHASHI, Leide. **Uso público em unidades de conservação.** Curitiba: Fundação o Boticário de Proteção à Natureza. Cadernos de Conservação, ano 2, nº 2, out. 2004.

VITAE Civillis. WWF – Brasil. **Sociedade e ecoturismo: na trilha do desenvolvimento sustentável: como diferentes atores sociais podem, de forma participativa, elaborar planos estratégicos de conservação e geração de renda. O caso do ecoturismo do Vale do Ribeira na Mata Atlântica.** São Paulo: Peirópolis, 2003.

WEARING, Stephen; NEIL, John. **Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades.** São Paulo: Manole, 2001.

Notas explicativas

ⁱ O Instituto Chico Mendes é o atual órgão responsável pela administração das unidades de conservação federais.

ⁱⁱ O termo 'tradição' é utilizado para designar as pinturas rupestres, de acordo com um conjunto de características similares, atribuídas a diversos grupos étnicos de diferentes contextos cronológicos e culturais. (MARTIN, 1999).